

JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADÁ E SILVA

A fama adquirida por JOSÉ BONIFÁCIO, como Patriarca da Independência, de certo modo ofuscou os seus méritos assinalados em outros ramos de atividades, que bastariam para justificar, de per si, o renome de mais de uma individualidade. Naturalista saçaz, poeta iniciador, no Brasil, do romantismo, sociólogo, historiador, economista, geógrafo, por várias feições se lhe patenteou a inteligência peregrina, valorizada pela cultura multiforme.

Desde Santos, onde nasceu a 13 de junho de 1763, madrugou nos estudos, continuados em São Paulo.

Para prosseguir-los, cruzou o Atlântico, em busca da Universidade de Coimbra, onde se matriculou, ao findar 1783. Freqüentando simultaneamente o curso jurídico e o de matemática, formou-se em Leis e Filosofia Natural, decorrido trabalho quinquênio.

Mais do que os dois diplomas, porém, extremou-o entre os condiscípulos a vivacidade intelectual, realçada pelo saber adquirido.

Notou-a o duque DE LAFÕES que o recomendou à Real Academia de Ciências de Lisboa, apenas ultimados os exames universitários.

Para justificar o seu ingresso na insigne companhia, o jovem acadêmico leu, perante os seus pares, a "Memória sobre a pesca da baleia e extração do seu azeite, e sobre as vantagens que o governo tiraria, animando e favorecendo as pescarias que se poderiam fazer nas costas do Brasil".

As considerações de ordem econômica, geográfica, biológica, evidenciavam conhecimentos amadurecidos, que se ampliariam sobremaneira, quando o governo português o incluiu na embaixada técnica encaminhada aos países europeus mais adiantados em minas e metalurgia.

Orientados pelas "Instruções", que lhes destinou o ministro LUIS PINTO DE SOUSA, a 31 de maio de 1790, partiram, no mês seguinte, os três universitários, JOSÉ BONIFÁCIO, MANUEL FERREIRA DA CÂMARA BITTENCOURT E SÁ, a quem MARCOS DE MENDONÇA dedicou excelente monografia biográfica, e PEDRO FRAGOSO DE SEQUEIRA, português.

Deveriam estudar química em Paris, com FOURCROY e CHAPTAL, da escola de LAVOISIER, mineralogia com HAUY. De JUSSIEU receberiam ensinamentos de botânica, antes de seguirem para Freiberg, onde WERNER pontificava na geognosia e montanística, ao lado de professores da classe de LEMPE, em matemática, LAMPADIUS, em metalurgia e outros de semelhante estófo.

Terminado o "Curso Completo de Minas", passaram à Saxônia e à Boêmia, Áustria, Itália, donde rumaram para a Suécia, Noruega e Inglaterra.

Como praticara em França, onde apresentou à Sociedade Natural de Paris — "Mémoire sur les Diamants du Brésil", também ao freqüentar as minas escandinavas, JOSÉ BONIFÁCIO empreendeu observações acuradas, que se tornaram conhecidas e gabadas. Submeteu, na ocasião, ao julgamento dos sabedores, a descrição e classificação de quatro espécies que descobrira, além de oito variedades que os mineralogistas acataram, exaltando-lhe a competência. Estagiando pelos centros universitários mais afamados, que lhe permitiram ouvir professores de nomeada e conhecer condiscípulos predestinados a luminosa trajetória, como ALEXANDRE DE HUMBOLDT, embebeu-se de conhecimentos de raiz, que iria aplicar em Portugal e no Brasil, quando se lhe deparasse oportunidade, como ocorreria também aos seus dois companheiros.

De regresso da fecunda peregrinação científica, alongada por uma década, aos clarões arrasadores dos canhões napoleônicos, foi CÂMARA incumbido de tarefas profissionais, de que lhe resultou a nomeação de "Intendente Geral das Minas da Capitania de Minas Gerais e do Sêro Frio" mediante alvará de 7 de novembro de 1800.

Retido em Portugal, por mais longa permanência, ao parceiro caberia o cargo de "Intendente Geral das Minas e Metais do Reino", mercê de carta régia de 18 de maio de 1801, logo seguida de outras obrigações para dirigir e administrar as fundições de ferro de Figueiró dos Vinhos, as minas de carvão de pedra de Bucos.

Ao mesmo tempo, cumpria-lhe exercer a inspeção sobre matas e sementeiras florestais, além de reger a cátedra de metalurgia, então criada na Universidade, para lhe ser confiada ao saber, e dirigir o Real Laboratório da Casa da Moeda de Lisboa, onde organizou curso especial de docimasia.

Nem sempre seria compatível a execução de tão variadas tarefas, que o levaram a expressar, a 4 de janeiro de 1806, ao ministro do reino, seu amigo, as apreensões indicativas de características de sua personalidade de escol.

"Devo confessar a V. Exa. que não deixo de ter amor à minha cadeira, pelas utilidades que dela podem vir à nação, se se regular de outro modo o seu exercício, mas no estado presente é-me impossível ser lente útil e ao mesmo tempo intendente geral das minas.

"Nunca tive medo ao trabalho e de boa mente sacrífico o meu repouso e saúde ao bem de minha pátria, quando vejo que as fadigas e trabalhos lhe podem ser úteis".

"Desejaria promover seriamente tais estudos, que tão atrasados vejo nesta universidade; mas quando reflito no péssimo estado em que de propósito conservam a minha faculdade, não posso deixar de lamentar amargamente o meu tempo perdido, e os danos do serviço público pela minha inútil assistência nesta universidade".

Todavia, ainda perdurou a acumulação de funções, que lhe permitiu, à frente dos seus alunos, comandar o Corpo Militar Acadêmico, organizado em 1809, contra os invasores napoleônicos. Intendente das minas e florestas, não somente promoveu melhoramentos de ordem prática, mas ainda elaborou memórias valiosas, da classe de:

— "Memória sobre as minas de carvão de pedra em Portugal".

— "Memórias sobre a nova mina de ouro da outra banda do Tejo, chamada Príncipe Regente".

— "Memória sobre o distrito metalífero entre os rios Ave e Zêzere".

— "Memória sobre a minerografia da serra que decorre do monte de Santa Justa até Santa Comba".

— “Memória sobre as pesquisas e lavra dos veios de chumbo de Chacim, Souto, Ventozelo e Vilar de Rei na provincia de Trás os Montes”.

Redigiu, igualmente, “Instruções práticas e econômicas para os mestres e feitores das minas de ouro de desmonte e lavagem”.

“Viagem mineralógica pela provincia da Estremadura” e “Viagem geognóstica aos montes Eugáneos”, que perustrara durante a expedição ao exterior.

Para fomentar a silvicultura, formulou as suas idéias em “Memória sobre a necessidade e utilidades de plantio de novos bosques em Portugal, particularmente de pinhais nos areas de beira-mar, seu método de sementeira, custeamento e administração”. Apontou-a, LATINO COELHO, entre as suas mais “notáveis composições”, ao traçar-lhe magistral elogio histórico, perante a Academia Real de Ciências de Lisboa, em sessão de 15 de maio de 1877.

Na mesma tribuna, ou frequêntes vêzes JOSÉ BONIFÁCIO, para apoiar a “Instituição vacinica da nossa Academia”, e justificar o parecer favorável à adoção do sistema métrico decimal, duas iniciativas que lhe inflamaram o entusiasmo, por amparadas ambas em bases científicas.

Servia-lhe, então, de secretário-geral, desde 1812, até 24 de junho de 1819, quando proferiu a alocação de despedida, três meses antes de deixar Portugal, já desligado de obrigações oficiais.

Depois de lá executar, não obstante os obstáculos opostos pela rotina, incumbências várias, metalúrgicas hidráulicas, na direção das obras do Mondego e professor, era tempo de regressar ao Brasil, que havia mister da cooperação dos seus filhos mais capazes.

Recolheu-se discretamente ao seu sítio dos Outeirinhos em Santos, onde não o deixaram, todavia, os patrícos afastar-se por longo prazo das inquietações políticas da época, no crepúsculo do absolutismo.

Para patentear que se mantinha arredio de tais cogitações e por isso declinara mais de um convite para colaborar em cargos oficiais, empreendeu, com MARTIM FRANCISCO, seu irmão, uma excursão de estudos, através de Cubatão, Paranaipacaba, São Paulo, Jaraguá, Cantareira, Paranaíba, Itu, Sorocaba, para examinar a fábrica de ferro Ipanema, então dirigida por VARNHAGEN.

A memória “Voyage mineralogique dans la province de Saint Paul au Brésil”, publicada pelo “Journal des Voyages”, assinalou os resultados da peregrinação, iniciada em Santos, a 23 de março de 1820, que ainda deu assunto à “Memória Econômica e Metalúrgica”.

Não lhe consentiram se conservasse em posição sobranceira aos acontecimentos, que prenunciavam fundamentais reformas de estrutura no Brasil.

Destarte, participou, a 23 de julho de 1821, da formação do governo provisório, como vice-presidente quando o povo se insurgiu contra a continuação de capitanoato general submisso às Côrtes de Lisboa. E reagindo às tentativas recolonizadoras, promoveu a mensagem paulista de 24 de dezembro, de que foi o portador, em companhia de colegas, para entregar pessoalmente ao Príncipe Regente que, estimulado por essa e análogas provas de apoio popular, decidiu impugnar as ordens insensatas de Portugal.

Não admira que ao organizar o ministério de 16 de janeiro, que deveria coordenar as energias brasileiras, em prol da Independência, D. PEDRO lhe confiasse as pastas do Reino e dos Negócios Estrangeiros.

Ao dirigí-las, JOSÉ BONIFÁCIO, que firmara as “Instruções do Governo Provisório de São Paulo aos deputados da Provincia às Côrtes Portuguezas, para se conduzirem em relação aos negócios do Brasil”, e que, entre outros papéis de seu arquivo particular, deixara o rascunho de “Idéias sobre a organização política do Brasil”, evidenciou inequivocamente a predestinação para a patriótica missão de firmar as bases estruturais do nascente Império, para cuja fundação concorreu superiormente, como quem se achava preparado a primor para empreendê-la com segurança e acerto.

Ao conhecimento cabal dos assuntos relacionados com as funções administrativas, alia-se o descortino de estadista arguto, de rara energia e operosidade, que lhe granjeou o título de “Patriarca da Independência”, tão fecunda se desenvolveu a sua atuação, até deixar o cargo a 17 de julho de 1823.

A Assembléa Constituinte, para a qual foi eleito, ainda continuou a oferecer a sua cooperação reformadora, de cujo sadio idealismo se embeberam contribuições judiciosas, em que examinou magnos problemas a respeito dos indígenas, do trabalho servil, do ruralismo, da mudança da capital, entre vários outros.

A primeira — “Apontamentos sobre a civilização dos índios bravos do Império do Brasil” — continha lúcidos ensinamentos e de tal ordem, que RONDON, ao inaugurar, a 7 de setembro de 1910, o “Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais”, promoveu-lhes a divulgação, como roteiro luminoso.

A “Representação à Assembléa Geral Constituinte e Legislativa do Império sobre escravatura”, entregue, por um dos seus amigos, aos presos parisienses de F. DIDOT, em 1825, propagou-lhe as idéias abolicionistas. Não recebeu avançar afirmativas, que destoavam da opinião da maioria escravocrata.

Considerou, de princípio, o regime existente, para refletir: “Se a lei deve defender a propriedade, muito mais deve defender a liberdade pessoal dos homens, que não pode ser propriedade de ninguém”.

Ansiava por ver “acabado o infame comércio de escravatura”, mas, diante da impossibilidade de extingui-lo rapidamente, “já que somos forçados pela razão política a tolerar a existência dos atuais escravos”, sugeriu medidas que lhes suavizassem os sofrimentos.

E não somente apontou meios de reduzir-lhes progressivamente o número, até a extinção completa, em curto prazo, como ainda cuidou de fortalecer-lhes a saúde.

A higiene pré-natal, que não existia, e à assistência às mães escravas dedicou normas racionais, que isentavam a gestante de trabalhos habituais no eito, “algumas semanas antes e depois do parto”, preceito salutar, de que outras classes sociais só modernamente se estão beneficiando, mercê de prevalente legislação.

E em proteção à família, prescreveu, no artigo IX: “nenhum senhor poderá vender escravo casado com escrava, sem vender ao mesmo tempo a mulher e os filhos menores de 12 anos”, que deveriam continuar agrupados no seu lar.

Assim atuava, não somente por espírito humanitário, mas ainda levado pelas convicções filosóficas.

"Nossas terras estão ermas, lembrava, e as poucas que temos roteado, são mal cultivadas, porque o são por braços indolentes e forçados.

Mostra a experiência e a razão que a riqueza só reina, onde impera a liberdade e a justiça e não onde mora o cativo e a corrupção". O pragmatismo de suas diretrizes aplicar-se-ia também a outros projetos, como o referente ao uso da terra.

Vigorava o regime de doações de posses, que as juntas governativas provinciais distribuíram, nem sempre criteriosamente. Para evitar a continuação de possíveis abusos, a Mesa do Desembargo do Paço recomendou-lhes, mediante Provisão, a 22 de outubro de 1823, "se absterham de conceder sesmarias", até a convocação da Assembléia Geral Constituinte, a quem competirá legislar a respeito".

Conhecedor do assunto, o deputado resolveu formular novas bases para a repartição de glebas no país, por maneira que só garantisse o domínio ao pretendente que as beneficiasse pelo trabalho.

O documento número 4944 da "Coleção José Bonifácio", que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro conserva zelosamente em seu arquivo, evidencia que o seu autor coligiu apontamentos que o habilitassem a redigir memória acerca das sesmarias e sua substituição por dispositivos mais acordes com os interesses coletivos. Começou por estatuir que "todos os possuidores de terras, que não têm título legal, perderão as terras, que se atribuem, exceto em espaço de 650 jeiras, que se lhes deixará, caso tenham feito algum estabelecimento ou sítio".

Cada jeira corresponderia à área que fôsse o dono capaz de lavar, com uma junta de bois, em um dia de serviço. As terras excedentes seriam vendidas "aos que mais derem" e o produto "empregado nas despesas de estradas, canais e estabelecimentos de colonização de europeus, mulatos e negros forros".

As indicações do estadista, que preponderante influência exerceu na fase inicial da organização do império brasileiro, quando fervilhavam as inquietações nos patriotas, atenuavam-se porventura revolucionárias.

Contudo, se endossadas pelos legisladores teriam promovido soluções de problemas, que molestariam, ou ainda molestam, o país. O trabalho escravo, pelo seu plano, gradativamente diminuiria, evitando o grave abalo causado pela abolição repentina, cujas consequências traumatizantes malignaram mais de uma província brasileira. O aldeamento de índios, baseado em racionais princípios, norteou, decorrido um século, a ação apostolar do marechal RONDON.

No tocante às propriedades rurais, onde pretendia evitar os latifúndios, as suas sugestões antecipavam louváveis idéias que, na atualidade, mais de um esboço de reforma agrária preconiza. Mas, as circunstâncias adversas não lhe permitiram a execução dos projetos, em cuja elaboração desveladamente se esmerara. Iriam contrariar interesses arraigados de longa data, em que se amparavam os beneficiados pelo regime condenado.

Ao revés, D. PEDRO I, depois de se valer de seu prestígio e capacidade de trabalho, afastou-o violentamente do cenário político, onde se tornara a sua presença temida pelos situacionistas.

Dissolvida a Constituinte a 12 de novembro de 1823, não titubeou em prender o seu mentor das primeiras horas da campanha emancipadora, e desterrá-lo, em companhia de fiéis partidários.

No longo período de amarguras, avultou-lhe, não obstante, com a nobreza de proceder, a atração aos livros.

De Bordéus, ou de Talance, a quatro quilômetros de distância, carteava-se com os amigos, em outras cidades francesas, para lhes solicitar a remessa de publicações de suas preferências, a saber, entre outras, BROGNIART — "Introduction à la Minéralogie", SAINT-HILAIRE — "Histoire des Plantes les plus remarquables du Brésil", "La carte géographique", "Statistique, Histoire, Politique du Brésil", par DARNET", que saiu em 1825.

"Corografia Brasileira", do padre AIRES DO CASAL.

"Nouvelle Carte du Brésil", par BRUE, 1826.

"A propos de Malte Brun", escrevia a 30 de novembro de 1826, queira V. S.º comprar-me o 6.º volume do seu "Précis de la Géographie Universelle, que acaba de publicar-se chez Aimé André e, logo que sair, o 7.º, que está na imprensa também; porque tenho aqui os outros primeiros cinco".

Encomendas semelhantes comprovaram-lhe o interesse pelos estudos geográficos, de que sabia utilizar-se oportunamente. Assim, em meio de laboriosas pesquisas na Alemanha, não lhe faltou ensejo de empreender obra diferente de seus afazeres costumeiros, "por ser a geografia antiga um dos meus estudos prediletos", conforme revelou.

Traduziu, então, do grego o "Périplo ou navegação de HANNON, rei dos cartagineses, ao longo das regiões da Líbia, além das colunas de Hércules".

E refletiu, a propósito: "a tradição do Périplo de Hannon, que trás Malte Brun — "Précis de Géographie Universelle" — Vol. I — é pouco exata, defeito que achei também na de GOSSELIN e vários outros". As investigações a respeito de sucessos antigos não lhe roldaram, entretanto, a clara visão da fase contemporânea e até da futura, como patenteou nas memórias submetidas à consideração da Assembléia Constituinte, entre as quais se incluiu a referente "à necessidade e meios de edificar no interior do Brasil uma nova capital para assento da Côte, Assembléia Legislativa e dos tribunais imperiais".

Não consta, porém, que ainda continuasse a elaborá-las no exílio, onde o amofinava a inutilidade da sua indesejada colaboração. Preferiu despicar-se na poesia, cujas obras-primas assaz conhecia e apreciava, tanto as clássicas, saboreadas no original, de que traduziu grande número, de VIRGÍLIO, HORÁCIO, PÍNDARO, quanto as recentes, de SCHILLER, de GOETHE e dos precursores do romantismo, cujos exemplos esposou, em "Poesias Avulsas", publicadas em 1825, com o pseudônimo de AMÉRICO ELISIO.

De volta ao Brasil em 1829, encontrou os ânimos exaltados, que lhe dificultavam qualquer iniciativa pacífica.

Com surpresa viu D. PEDRO I precipitar-se na abdicação de 7 de abril, para se afastar definitivamente do Império que fundara.

Como derradeiro e inesperado ato, nomeou "Tutor dos amados e prezados filhos ao muito probo, honrado e patriótico cidadão JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA, meu verdadeiro amigo", como afirmou em carta nobilitante.

Naquela conjuntura, era missão que lhe assentava às maravilhas, de educar e proteger o futuro governante do Brasil, que honraria o nome de D. PEDRO II.

A amizade, porém, que lhe manifestava, à hora do infortúnio, o imperial resignatário do trono, se, por um lado, expressava o tardio arrependimento de quem o molestara em demorado exílio, por outro iria despertar prevenções dos vencedores.

Não tardaram os primeiros indícios da luta, que terminou por lhe arrebatara a tutoria, em dezembro de 1833.

Processado como conspirador contra o situacionismo, alegrou-o a vitória pela absolvição irrestrita, que lhe permitiu viver no seu refúgio de Paquetá, onde lhe decorreu a última fase da velhice desencantada.

Viuvo de D.^{ca} NARCISA EMÍLIA O'LEARY DE ANDRADA, que faleceu a bordo, na viagem de regresso, antes de alcançar a Guanabara, consolava-se com a sua biblioteca de cerca de seis mil volumes, em cujo convívio se comprazia. Doente, só deixou a ilha graciosa, para falecer, alguns dias após, em Niterói, a 6 de abril de 1838, sem se lastimar da pobreza que o envolvia.

A propósito, em seu testamento, datado em Paquetá, a 9 de setembro de 1834, declarava que devia ainda ao seu amigo, VASCONCELOS DRUMMOND, "a quantia de quatro contos e duzentos mil e novecentos, de prestação que me tem feito, entrando nelas o importe de minha passagem de França para o Brasil, e tôdas as despesas no funeral de minha falecida mulher".

Não obstante a modéstia em que se encolhera, o seu nome se gravara nas associações científicas européas, que lhe gabavam a colaboração, como sócio das Academias Reais das Ciências de Lisboa e de Estocolmo; da Sociedade dos Investigadores na Natureza de Berlim, da Mineralógica de Yena, Geológica de Londres, Werneriana de Edimburgo, das de História Natural e Filomática de Paris, além de outras.

Em Portugal, onde ensinara a universitários, alcançou renome de sábio. E, sobretudo, no Brasil, cuja campanha da Independência orientou judiciosamente, para evitar o esfacelamento do país, praticado no império colonial espanhol, que ao redor se esboroou, substituído por fogosas unidades políticas.

As perseguições, que o atiraram ao exílio e à prisão acintosa, não lhe dobraram a altivez e dignidade, nem abatarem os louvores dos doutos, que lhe exaltaram as atividades científicas.

As maiores consagrações vem lhe dedicando a posteridade, que, reconhecida à sua benemerência, lhe erigiu, em 1872, estátua no largo de São Francisco de Paula, em frente à Escola Politécnica do Rio de Janeiro, atual Escola Nacional de Engenharia e o monumento aos "Andradas", em Santos, comemorativo do centenário da Independência, além da crescente bibliografia consagrada do seu saber enciclopédico, de que o Brasil se beneficiou, por ocasião da sua emancipação política.

BIBLIOGRAFIA

Seria longa a lista das obras, que, em particular, lhe consideraram a empolgante individualidade, bastando consultar as seguintes:

- ANTÔNIO CARLOS
Esboço biográfico e necrológico do conselheiro José Bonifácio, atribuído a...
- EMÍLIO JOAQUIM DA SILVA MAIA
Elogio histórico do ilustre José Bonifácio de Andrada e Silva — Rio de Janeiro.
— Tip. Imperial — 1838.
- F. I. HOMEM DE MELLO
José Bonifácio de Andrada e Silva — 1862.
- J. M. LATINO COELHO
Elogio histórico de José Bonifácio de Andrada e Silva — 1877.
- ALBERTO SOUSA
Os Andradas — 3 volumes — obra comemorativa do 1.^o centenário da Independência do Brasil, mandada executar pela Câmara Municipal de Santos.
- ELISIÁRIO TÁVORA FILHO
José Bonifácio, Cientista, Professor e Técnico.
- ARQUIMEDES PEREIRA GUIMARÃES
José Bonifácio, o Patriarca — 1938.
- L. A. FEIJÓ BITTENCOURT
A influência do meio português na formação da mentalidade do Patriarca da Independência — 1940.
O grande nome da Independência — Rev. Inst. Hist. — Vol. 199 — junho 1948.
- JOAQUIM LEITÃO
José Bonifácio de Andrada e Silva, Secretário-Geral da Academia das Ciências de Lisboa — 1941.
- MOSES BENSABAT AMZALAK
José Bonifácio de Andrada e Silva, Economista — 1941.
- JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES
José Bonifácio, Economista — 1944.
- OTÁVIO TARQUÍNIO DE SOUSA
José Bonifácio — 1.^o volume da História dos Fundadores do Império do Brasil — 1957.

VIRGÍLIO CORRÊA FILHO



Dom José Bonifácio de Andrada e Silva